16.06 – Participantes discutem federações partidárias no CONEXIDADES

O segundo painel da tarde foi “Federação Partidária – Como Será Para as Eleições Municipais”. Para esse painel foram chamados o Doutor pela PUC-SP e Professor de Direito Eleitoral, Arthur Rollo; o Advogado, Pós-Doutor pela USP, Doutor pela PUC/SP e ex-Juiz do TRE/SP, Paulo Hamilton; o Advogado Especialista em Direito Eleitoral, Amilton Augusto; o Desembargador e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia e o Vice-Presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo, Adevanil Moreira.

Paulo Hamilton coordenou o painel, e iniciou sua fala dizendo que a democracia está calcada em três pilares: o pluralismo político, a liberdade de ideologias e a possibilidade de vários centros de poder. Ele seguiu falando que os partidos políticos permeiam por esses três fundamentos. Ele defendeu a criação de partidos e falou que a maturidade deles depende de adeptos.

A seguir, ele chamou Amilton Augusto para fazer sua exposição. Ele iniciou dizendo que é um pouco crítico com a questão das federações, porque diz que não há uma preocupação com os partidos a nível municipal. “A diferença entre a federação e a coligação é que a coligação era para a eleição, então cada município definia sua coligação. E a gente sabe que os municípios são diferentes”, disse. Ele seguiu explicando que a necessidade de manter uma federação montada por quatro anos vai fazer com que os municípios tenham que se adequar, fazendo os políticos analisarem se é viável ficar em determinado partido ou migrar para outro.

Depois da fala de Augusto, Paulo Hamilton questionou Arthur Rollo sobre o artigo que diz que a federação terá abrangência nacional e seu registro será encaminhado ao TSE. “Será que esse artigo não fere o princípio da autonomia partidária prevista na Constituição de 88, tendo em vista inclusive essa questão que o Dr. Amilton colocou?”

Arthur Rollo começou questionando quem da plateia estava fazendo os cálculos para ver se valia a pena mudar de partido. Ele seguiu explanando que a federação partidária é um período de experiência com duração mínima. E frisou que até é possível sair da federação antes desse período, mas que há consequências, como a perda do fundo partidário pelo período remanescente. Porém citou também duas vantagens. Uma delas é que os prefeitos que montam chapa se veem obrigados a dividir os candidatos com maior chance de êxito entre os partidos para não correr o risco de alguém que tenha muitos votos não se eleger, e a federação partidária diminuiria esse risco. Outra vantagem é que os partidos hoje têm que cumprir a cláusula de desempenho. “Quando você faz a federação, você cumpre a cláusula de desempenho dentro da federação”, explicou. Rollo seguiu contando que está dando conflitos em nível nacional e em alguns municípios, porém os problemas são resolvidos internamente. Sobre as cotas para mulheres, ele disse que deverão ser cumpridas em nível partidário.

Paulo Sérgio Galizia foi chamado a seguir, e disse que trabalha examinando se o comportamento previsto na lei foi adotado ou não e aplicando penalidades quando necessário. Ele falou da necessidade de consultar advogados antes de iniciar a campanha para evitar problemas. “A federação não pode ser observada apenas do ponto de vista do candidato. Ela existe em uma função maior que é justamente evitar que partidos pequenos sejam extintos, já que nós temos uma cláusula de desempenho”, explicou. Segundo ele o objetivo é que haja um reforço de ideologia entre partidos que se identificam, reafirmando que a federação não precisa existir apenas no período da eleição. Ele questionou se não seria positivo o enxugamento da quantidade de partidos. “É o momento de os senhores vereadores refletirem se é possível se adequar a essas federações e quem sabe manter um diálogo com as cúpulas dos respectivos partidos para conseguir um consenso maior de implementação”, finalizou.

Paulo Hamilton encerrou o painel distribuindo livros para a plateia.